

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

GUIA DE ESTUDOS PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA INSTITUTO RIO BRANCO

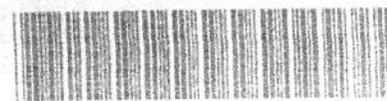


IRBR

GUIA DE ESTUDOS
PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA
INSTITUTO RIO BRANCO

IRBR
37(079)"1999"
G43e

0290/99



Ac 1467
R 3672



GUIA DE ESTUDOS

IRBR
327 (079) 11999
G9434
EX. 2



Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Lampreia

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Sebastião do Rego Barros

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador André Mattoso Maia Amado

0290/99

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o item 1.7. do Edital do concurso, transcrito neste Guia.

Constam do **Guia**:

– o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso;
– os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, *mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências.*

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não são exaustivas.

Brasília (DF), em 1.º de dezembro de 1998.

ÍNDICE

Edital	7
Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos de provas:	
-Teste de Pré-Seleção	24
-Português	28
-Inglês	41
-Questões Internacionais Contemporâneas	50
-História	56
-Geografia	71
-Noções de Direito	81
-Noções de Economia	90
-Francês (recomendação)	98

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 1998)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 4 de janeiro a 12 de fevereiro de 1999, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 20 (vinte) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a

inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser efetuadas as inscrições:

a) na sede do IRBr, em Brasília (DF):

– Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, térreo, CEP 70170-900; tel.: (061) 211-6184, 211-6193 e 211-6194; fax: (061) 322-8355; **Home-page:** www.mre.gov.br/irbr/Irbr.htm; **e-mail:** irbr@mre.gov.br.

b) nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:

– Belém: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66100-150; tel.: (091) 242-5932/1043; fax: (091) 223-5506.

– Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 6.º andar, sala 605, CEP 30130-180; tel. e fax: (031) 226-5892/273-2017.

– Curitiba: Escritório de Relações Externas UFPR/FUNPAR, Av. Marechal Deodoro, 950, Ed. Patriarca, cj. 901-B, CEP 80060-010; tel.: (041) 232-3170; fax: (041) 232-5233.

– Florianópolis: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900; tel.: (048) 331-8205/9200

– Fortaleza: Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180; tel. e fax: (085) 281-7036; fax: (085) 223-1642.

– Porto Alegre: COPERSE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo I da Reitoria da UFRGS, 1.º andar, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060; tel.: (051) 316-3114; fax: (051) 227-1666.

– Recife: Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2.º andar, CEP 50060-080; tel. e fax: (081) 423-6056.

– Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio do Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196; tel.: (021) 516-1744; fax: (021) 263-9571.

– Salvador: Pró-Reitoria de Extensão - Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170; tel.: (071) 336-9106 e 237-7044; fax: (071) 336-9299.

– São Paulo: Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, n.º 664, CEP 01154-060; tel.: (011) 3823-9826 e 3823-9668; fax: (011) 3823-9685.

c) no exterior: nas Embaixadas, Missões diplomáticas ou Repartições consulares brasileiras.

1.2. **Taxa de inscrição:** a taxa de inscrição é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e deverá ser depositada na conta n.º 55.568.041-X, Agência n.º 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de *CESPE-UnB*, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos:** os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor;

d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido, conforme estabelece o item 7. deste Edital.

1.4. **Candidatos casados:** o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 7.2., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se o cônjuge for

de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto n.º 93.325, de 1.º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas “a” e “b” do item 1.1.1 acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção (TPS), o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

1.6. **Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;
- b) original e fotocópia da carteira de identidade;
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Após a inscrição, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, o qual contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. **Normas gerais:**

- a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
- c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;
- d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;

e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; e (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso;

h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

2.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 5 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3. deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 7 abaixo.

2.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. **Data, horário e local:** dia 6 de março de 1999, às 9h (horário de Brasília), realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (DF), e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1.1. acima. Terá a duração de 4 (quatro) horas.

3.2. **Características:** o TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

3.3. **Crêterios de avaliação:** o TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

– a nota de referência é 50 sobre 100;

– o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do

Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 100, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (20).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 100F$$

$$F = 1,2D + 0,4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 100º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do } 100^{\circ} \text{ candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, sendo D igual a 0,5, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 100º candidato for igual a 50. Neste caso, os 100 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 100º superior ou inferior a 50, o fator F será superior ou inferior a 1. Se, por exemplo, a nota do 100º for 60, F valerá 1,12, e serão aprovados 112 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 100º for 40, F valerá 0,88, e somente serão aprovados 88 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o enésimo candidato serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 8 de março de 1999.

3.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota

obtida pelo 100º classificado, será anunciado até as 18h do dia 10 de março de 1999, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

3.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeitos de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1. Português

4.1.1. **Data, horário e local:** dia 20 de março de 1999, às 9h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5. acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. **Características:** a prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês

4.2.1. **Data, horário e local:** dia 21 de março de 1999, às 9h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. **Características:** a prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília (DF), às 14h do dia 20 de abril de 1999, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia.

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nos locais de realização das provas;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18h do dia

23 de abril, em Brasília (DF), e até as 18h, horário de Brasília, do dia 24 de abril, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva;

g) os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase será anunciado até as 18h do dia 28 de abril de 1999, na sede do IRBr, em Brasília (DF), e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE

5.1. Os candidatos que tiverem feito as provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília (DF) e auxílio em dinheiro, a partir do dia 13 de maio de 1999, até quando se justificar sua presença na Capital Federal, em razão do Concurso.

5.2. **Local e calendário:** as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (DF), entre os dias 13 de maio e 12 de junho de 1999, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, no período de 13 a 17 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 22 de maio;

c) Geografia, em 29 de maio;

d) Noções de Direito, em 5 de junho;

e) Noções de Economia, em 12 de junho.

5.3. **Das provas orais:** as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

5.3.1. Questões Internacionais Contemporâneas:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles;

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

5.3.2. Inglês:

a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato em língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr;

d) a arguição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

5.3.3. **Aprovação:** será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinquenta) em cada uma das provas;

5.3.4. **Resultados:** os resultados das provas orais serão divulgados até as 10h do dia 19 de maio.

5.3.5. **Recursos:**

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua arguição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13h do dia 20 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr;

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18h do dia 21 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

5.3.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

5.4. **Das provas escritas:** as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9h e término às 14h;

b) serão compostas de cinco pequenas dissertações de no máximo 2 páginas cada, no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

5.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

5.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

5.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinquenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

5.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

5.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (14h)	Apresentação de recursos (até as 18h)	Resultado final (até as 18h)
História	24/5/99	26/5/99	28/5/99
Geografia	31/5/99	2/6/99	4/6/99
N. Direito	7/6/99	9/6/99	11/6/99
N. Economia	14/6/99	16/6/99	18/6/99

6. DA QUARTA FASE: EXAMES FÍSICOS E PSÍQUICOS

6.1. **Data, local e horário:** os exames terão início no dia 21 de junho de 1999, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

6.2. **Características:** a Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7.º da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

6.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre

cada candidato, considerando-o “habilitado” ou “inabilitado”. Os resultados serão publicados no Diário Oficial da União, e o IRBr informará a cada candidato inabilitado, em particular, o fundamento da sua inabilitação.

6.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília (DF), no dia 24 de junho de 1999.

6.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta de quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

6.6. **Resultados finais:** os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 18h do dia 28 de junho de 1999.

7. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

7.1. **Data, horário e local:** dia 29 de junho de 1999, às 9h30min, na sede do IRBr, em Brasília (DF).

7.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos

aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

a) três fotos 3x4;

b) uma foto 3x4 do cônjuge;

c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor atualizado, (iv) diploma ou certificado de conclusão, até 28 de junho de 1999, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (v), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima.

7.3. A falta de qualquer um destes documentos acarretará a eliminação do candidato do Concurso.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

8.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até as 14h do dia 1.º de julho de 1999, na Sede do IRBr.

9. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

9.1. **Da nomeação:** os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979.

9.2. **Da posse:** uma vez nomeados, os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

9.3. **Do exercício:** o Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

10.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas provas da Quarta e Quinta Fases do Concurso. Exige-se, igualmente, traje apropriado para a Primeira Fase.

10.3. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

10.4. Aceitação das Normas do Edital: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
História
Geografia
Noções de Direito
Noções de Economia
Francês

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 1998, por exemplo, inscreveram-se 1.798 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por consequência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da Segunda e Terceira Fases do Concurso. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames ao conteúdo neles

explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É consequência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do

negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia, as armas de combate; a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se alguém qualificar seus argumentos como “acacianos” ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: “Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona”. Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais “mensagens” subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente “amena” é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade da competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de “captação de benevolência”. Além de habilitar

o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a “captação de benevolência” auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor – e única – forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro, etc.); estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exposições musicais em geral ...); pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo; cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares; procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Inteligência e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.
- *Lições de Português pela Análise Sintática*, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1977.
- CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas*, Pioneira, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: Português*, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
- *Ortografia, Pontuação e Crase*, MEC, Rio de Janeiro, 1988.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato - Português*, FUNAG, Brasília, 1995.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de inteligir, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que

constituem a intelecção dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e as demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

Exemplo de prova (Concurso de 1998)

Leia os textos que se seguem:

Texto 1 – Fazedores de desertos

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de S. Paulo vai mudando.

Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo.

As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarream os horizontes; varrem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastramento das soalheiras fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfloradas, principia a ser desanimador, revelando, antes do estilo franco, esse período máximo à vida vegetativa que, nos países quentes, está no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. (...)

Mas é natural o fenômeno. Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática.

Porque há longos anos, com persistência que nos faltou para outros empreendimentos, nós mesmos a criamos.

Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia.

É o que nos revela a história.

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígine. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores

pelos cortantes *degrés* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caixas crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em *caapuera*, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro.

Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras.

Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiarias; retalharam-na a pontas de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas, avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas vazias* e *tristonhas* com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas...

Ora, tais selvaticezas atravessaram toda a nossa história.

Mais violentas no Norte, onde se firmou o regímen pastoril nos sertões abusivamente seismados, e desbravados a fogo – incêndios que duravam meses derramando-se pelas chapadas em fora – ali contribuíram para que se estabelecessem, em grandes tratos, o regímen desértico e a fatalidade das secas.

O sul subtraíu-se em parte à faina destruidora, que o próprio governo da metrópole, em sucessivas cartas régias, procurou refrear, criando mesmo juízes conservadores das matas que impedissem a devastação.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, e

as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais do solo para restituí-los a um único, foram, pouco a pouco, remodelando o solo para torná-lo mais fértil, transmudando-as e amaninhando-as. (...)

As conseqüências repontam, naturais.

A temperatura altera-se, agravada nesse expandir-se de áreas de insolação cada vez maiores pelo poder absorvente dos nossos terrenos desnudados, cuja ardência se transmite por contacto aos ares, e determina dois resultados inevitáveis: a pressão que diminui tendendo para um *minimum* capaz de perturbar o curso regular dos ventos, desorientando-os pelos quatro rumos do quadrante, e a umidade relativa que decresce, tornando cada vez mais problemáticas as precipitações aquosas.

De sorte que o sueste – regulador essencial do nosso clima – depois de transmontar a Serra do Mar, onde precipita grande cópia de vapores, ao estirar-se pelo planalto, vai encontrando atmosfera mais quente do que dantes, cujo efeito é aumentar-lhe a capacidade higrométrica, diminuindo na mesma relação as probabilidades de chuvas.

São fatos positivos, irrefragáveis, e bastam para que se explique a alteração de um clima.

Mas apontemos um outro.

Neste entrelaçamento de fatores climáticos, introduzimos um – artificial e de todo fora das indagações meteorológicas normais – a queimada.

É transitória, mas engravece os perigos.

De feito, a irradiação noturna contrabate a insolação: a terra devolve aos céus o excesso de calor acumulado; resfria; e o orvalho decorrente ilude de algum modo a carência das chuvas.

Ora, as queimadas impedem esse derivativo único.

As colunas de fumo, rompentes de vários lugares, a um tempo, adensam-se no espaço e interceptam a descarga do solo. Desaparece o sol e o termômetro permanece imóvel ou, de preferência, sobe. A noite sobrevém em fogo: a terra irradia com um sol obscuro, porque se sente uma impressão estranha de faúlhas invisíveis, mas toda a ardência reflui sobre ela recambiada pelo anteparo espesso da fumaça; e mal se respira



do bóchoño inatufável em que toda a adustão golfada pelas soalheiras e pelos incêndios, se concentra numa hora única da noite. (...)

Hoje, Thomas Buckle não entenderia as páginas que escreveu sobre uma natureza que acreditou incomparável no estadear uma dissipação de força, *wantness of power*, com esplendor sem par.

Porque o homem, a quem o romântico historiador negou um lugar no meio de tantas grandezas, não as corrige, nem as domina nobremente, nem as encadeia num esforço consciente e sério.

Extingue-as.

Euclides da Cunha. *O Estado de São Paulo*, 21/10/1901.

Texto 2 – O alerta da história

Como se acabou com mais de 90% da grande floresta do litoral brasileiro

Estréia neste verão, no sul da Bahia, uma ponte entre o passado e o futuro da Mata Atlântica. Tem 110 metros, a distância de um gol a outro no Maracanã. Programa para dez segundos, em campo aberto e velocidade olímpica. Mas ali a travessia, a passos regulados pelo balanço de uma ponte pênsil rangendo a 20 metros de altura, entre copas centenárias que meio século atrás atapetavam inteiramente o município de Una, o tempo tem outra medida. É contado em angelins, jequitibás, oitis, copaíbas, ipês, baraúnas, jueranas, louros, canelas e maçarandubas, cada árvore que, durante o trajeto, o olho leigo aprende a distinguir na barafunda verde da floresta. Naquele litoral, os naturalistas registraram há poucos anos o recorde planetário de 450 espécies vegetais por hectare. E, perto de lá, num inventário de 500 anos atrás, o escrivão Pero Vaz de Caminha atestou: “O arvoredo é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular.”

Debruçada sobre essa amostra da eternidade, a passarela foi construída com doações internacionais e tecnologia canadense para que os visitantes contemplem por que aquela paisagem, pronta há 12 000

anos, está ameaçada de acabar em 2010, pela avaliação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, uma ONG de Ilhéus. Diante do prognóstico, ela salvou da motosserra um pedaço de terra já destinado pelo Ibama à extração de madeira e o abriu ao turismo, tentando ensinar aos vizinhos que também por esperteza se pode conservar a Mata Atlântica. Salvaram-se 84 hectares. Uma área vinte vezes maior que a derrubada todo ano no município, onde paradoxalmente a floresta nativa brasileira começou a desaparecer depois que o Artigo 225 da Constituição estendeu sobre ela o título de “patrimônio nacional”. Até hoje o Congresso ainda não regulamentou o dispositivo de 1988. Se passar outra década discutindo a lei, em Una ela chegará tarde. (...)

Que ela [a Mata Atlântica] está quase acabando já se sabe, graças sobretudo ao aviso de outro americano, o historiador Warren Dean. Antes de morrer, em 1994, ele legou ao Brasil *A Ferro e Fogo*, um livro belo, intrincado e sombrio como a floresta úmida. Nele se aprende a História do Brasil como meio milênio de desertificação, num processo que vara todos os ciclos econômicos, desde que, em 1500, “os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e vaidade, sem se deixar levar por compaixão ou mesmo por curiosidade”. O Brasil que eles avistaram pela primeira vez era um litoral coberto por 3 500 quilômetros de mata exuberante, em uma faixa quase contínua com 1 milhão de quilômetros quadrados em que hoje cabem as fronteiras de dezessete Estados. Numa terra cujo cenário começou a amadurecer quando o resto do planeta ainda era triturado por glaciações e turbulências geológicas, a tripulação de Pedro Álvares Cabral inaugurou o machado na semana do descobrimento, cortando palmito para variar a dieta de bordo. A colonização começou com a coleta do pau-brasil. Depois, vieram cinco séculos de queimadas. A cana, o pasto, o café, tudo foi plantado nas cinzas da Mata Atlântica. Dela saiu a lenha para os fornos dos engenhos de açúcar, locomotivas termelétricas e siderúrgicas. Até o século passado, punha-se fogo em madeira de lei nativa e importava-se mogno das Antilhas. Sobrou menos de 8 % da paisagem avistada por Cabral há 500 anos.

Marcos Sá Corrêa. *Veja (Especial Amazônia)*, 24/12/97.

Texto 3 – O patrimônio natural e o cultural: por uma visão convergente

A Constituição Brasileira, em seu Artigo 216, considera constituintes do patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esse artigo inclui como integrante desse patrimônio as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver. A mesma Constituição define como regiões prioritárias de conservação ambiental a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Pantanal e outros ecossistemas importantes, espaços territoriais onde existem subculturas importantes, como a dos caiçaras do litoral do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado implantou nessas áreas uma série de parques nacionais e reservas naturais que, pela legislação em vigor, levam à exclusão e mesmo reassentamento das comunidades e culturas tradicionais em outras áreas. Essa política tem criado inúmeros conflitos entre a administração de parques e reservas e as comunidades tradicionais que, ainda presentes nessas áreas protegidas, são proibidas de exercer suas práticas econômicas e sociais. A prática de pequenas roças, o uso de tecnologias patrimoniais na pesca, no fabrico de farinha, na construção de canoas têm sofrido severas restrições, colocando em risco a própria reprodução social e simbólica dessas comunidades tradicionais cujos membros freqüentemente são forçados a migrar para as periferias pobres das cidades da região. Aí sofrem um processo de perda de sua identidade cultural, com o abandono de práticas simbólicas essenciais à sobrevivência do grupo. Essas práticas preservacionistas oficiais, impulsionadas por grupos ecológicos urbanos, desconhecedores das relações e práticas históricas destes grupos com o mundo natural, em grande parte responsáveis pela conservação das florestas e áreas costeiras, têm ocasionado a redução da diversidade cultural brasileira e contribuído para o aumento da degradação de matas e mares.

Na década de 80, a figura do *tombamento*, proposta pelo Serviço (Instituto) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi também

proposta, seja para preservar o patrimônio natural (o tombamento da Serra do Mar, das Ilhas do Litoral Paulista), seja para preservar o patrimônio cultural (tombamento das vilas caiçaras como as de Picinguaba e Icapara, nos municípios litorâneos paulistas de Ubatuba e Iguape, respectivamente).(...)

A idéia de patrimônio natural já figurava no Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, visando a proteger valores paisagísticos, “como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.” (Fonseca, 1996). Nesse sentido, o patrimônio natural tinha seu equivalente no primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, criado nesse mesmo ano. Já em 1934, o Código Florestal definia parques nacionais como *monumentos naturais* destinados a proteger áreas de grande beleza cênica, com composição florística primitiva. (...)

A conservação do patrimônio natural e a do cultural não podem mais ser consideradas dois processos separados e opostos. O desafio maior é ainda o de conservar processos e produtos socioambientais que são dinâmicos e históricos. As culturas tradicionais não são peças de museus como sugerem alguns folcloristas, mas se encontram profundamente inseridas em formas de vida que subsistem, ainda que ameaçadas, em muitas regiões brasileiras, sobretudo em ecossistemas tidos até agora como marginais, como florestas, mangues e estuários.

Antônio Carlos Diegues. *Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.*

1) Elabore um resumo do Texto 1, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Exemplo de resumo (Concurso de 1998):

Luiz Claudio Themudo (38/40)

No artigo intitulado "Fazedores de desertos", que foi publicado na edição de 21/10/1901 do jornal *O Estado de São Paulo*, o escritor Euclides da Cunha critica a forma nefasta e inconseqüente de o Homem agir, ao tratar do próprio ambiente em que vive.

De início, o articulista aponta o fogo, e seu uso sistemático na agricultura do aborígene, como o primeiro elemento responsável pela esterilidade da terra. O quadro é agravado quando o colonizador, em conjunto com o sertanista, parte em busca de ouro e índios. O autor salienta que, após os períodos das bandeiras e da exploração mineral, os resultados foram o desmatamento florestal e a dilapidação de áreas extensas.

Em seguida, o escritor afirma que os regimes pastoris, em prática no Norte do Brasil, muito contribuíram para a ocorrência de secas e para o processo de desertificação dos solos. Ressalta, ainda, Cunha os malefícios advindos da introdução das queimadas que, embora transitórias, alteram de forma significativa o processo de resfriamento natural dos solos.

Euclides da Cunha conclui, então, que fenômenos como mudanças climáticas, seja a alteração da temperatura, a mudança do curso regular dos ventos ou a diminuição da umidade relativa, são conseqüências naturais das diversas práticas que, apesar de bárbaras, são persistentemente adotadas pelo Homem com vistas a controlar a natureza.

2) Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos):

"Meio ambiente e patrimônio natural: os propósitos da preservação na construção do patrimônio nacional"

Exemplo de redação (Concurso de 1998):

César Augusto de Oliveira Sauer (51/60)

Há muito vem o Brasil a explorar, sem recorrer ao planejamento de longo prazo, os imensos recursos naturais disponíveis. O resultado de séculos de devastação

ambiental pode ser percebido na mudança climática ora em curso em diversas regiões do País. A preservação do patrimônio natural, no entanto, não implica a renúncia ao aproveitamento econômico — tão caro ao patrimônio e à economia nacionais. Saliente-se, ainda, que a estratégia governamental de proteger o meio ambiente e as culturas tradicionais não deve prescindir da educação e da fiscalização ambientais.

Os ciclos da economia brasileira ao longo da História revelam a maneira com que se tem tratado a questão ecológica. A extração do pau-brasil quase o levou à extinção, a economia açucareira devastou imensos tratos de Mata Atlântica no Nordeste, a mineração provocou voçorocas em regiões de Minas Gerais, a cultura do café tornou estéreis terras do Vale do Paraíba. Por último, durante o regime militar de exceção, a política governamental de ocupação da Amazônia estimulou a criação extensiva de gado na região, acarretando o desmatamento de imensas áreas.

A solução para o impasse entre preservação ecológica e desenvolvimento econômico passa pelo aproveitamento racional dos recursos naturais. A pesca esportiva, tão difundida nos países ricos do Hemisfério Norte, não somente gera riquezas, como também não prejudica o ecossistema. A mesma lógica comercial e conservacionista aplica-se ao turismo. As florestas brasileiras são atrações turísticas em potencial à espera de encaminhamento adequado. O conseqüente aumento da renda da população local seria alcançado sem danos para o meio ambiente. O papel do Governo nessa questão é fundamental.

Para fins de preservação ambiental, além da exploração planejada dos recursos naturais, mister se faz a educação do caboclo da Amazônia no que tange aos métodos de cultivo. Formas arcaicas de preparo do solo para o plantio devem ser abandonadas. Da mesma forma, a fiscalização por parte de órgãos governamentais desempenha relevante missão ao reprimir atividades como o garimpo, a pecuária, a caça, a pesca e a extração de madeira que não obedecem às normas vigentes de proteção ambiental.

Por fim, o patrimônio cultural, representado pelas comunidades tradicionais, merece todos os esforços para ser resguardado das investidas da civilização. Os irmãos Villas-Boas, ainda no governo de Getúlio Vargas, já se preocupavam com a questão indígena. Havia, então, a necessidade de amenizar o contato entre civilizados e aculturados. A criação de parques e reservas para as culturas tradicionais tem representado atitude louvável por parte do Governo. Deve-se ressaltar, porém, a urgência

de providências mais abrangentes, tais como: a garantia de liberdade para as práticas culturais dessas comunidades e, sobretudo, a proteção contra a influência externa do homem civilizado.

Por meio de uma estratégia criteriosa de preservação ambiental, o Brasil estará a caminho de reverter a tendência histórica de desenvolver-se às custas do meio ambiente. Esse novo modelo de desenvolvimento – chamado desenvolvimento sustentável – possibilitará não só a preservação dos patrimônios natural e cultural da Nação, mas também a provisão dos meios necessários para a prosperidade econômica.

INGLÊS

A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor de 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor de 40 pontos).

Bibliografia:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

Time Magazine;

Newsweek;

The Economist.

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É/Senhor*, *Veja*, and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English, Longman, London.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English, Oxford

University Press, Oxford.

The Concise Oxford Dictionary, Oxford University Press, Oxford.

Webster's Collegiate Dictionary.

The Random House College Dictionary, Random House, New York.

Language Activator, Longman, London.

Roget's Thesaurus, Longman, London.

2.2. Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Português*, Record, Rio de Janeiro.

TAYLOR, J.L. *Portuguese-English Dictionary*, Record, Rio de Janeiro.

Novo Michaelis: Inglês-Português, Português-Inglês, Melhoramentos, São Paulo.

- 2.3. Grammar & Usage:
 FRANK, M. *Modern English*, Englewood-Cliffs, Prentice Hall. Plus the useful accompanying exercise books.
 SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*, Cultrix, São Paulo.
 SWAN, M. *A Practical English Usage*, Oxford University Press, Oxford.
 THOMPSON, A.J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*, Oxford University Press, Oxford.
3. Larger reference works:
Comprehensive Grammar of the English Language, Longman, London.
Oxford English Dictionary, Oxford University Press, Oxford.
The Random House Dictionary of the English Language, Random House Inc., New York.
Webster's Third International Dictionary.

Orientação para estudo

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks): Here the examiners assess the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): There are three main considerations here:

- 1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- 2) the relevance of ideas to the subject of the composition; and

- 3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

Quality of language (15 marks): Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

Translation

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

Temas de redação de concursos anteriores

1993

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible."

(Linus Carl Pauling)

1994

"Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism".

1995

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

Exemplo de redação (Concurso de 1998):

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization. (from 400 to 500 words):

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

Roberto Parente (52,5/60)

Although the modern nation-state is still the centre of international politics, it is nowadays clear that it is losing its strength. A fantastic revolution in computers and communications made the state incapable of controlling the flow of information as well as the huge number of volatile investments which can destroy economic policies in a matter of days. When Eric Hobsbawm stated that we are, at the dawn of a new century, seeing the triumph of the individual over society, he emphasized that the technological revolution is, in fact, undermining the concept of sovereignty. The current process of globalization enhances economic and political interdependence and general openness. Hence, individuals are, from this point of view, free from the shackles that once tied them to their states, changing the very concept of citizenship.

Throughout History mankind has discussed the role and the power of the state .

In the late fifteenth century, Niccolo Machiavelli, in his famous work 'The Prince', stressed the difference between politics and morals, which could allow a monarch to act as a supreme Lord, on the basis of National Security. Further on, Thommas Hobbes created the idea of a Absolute Monarchy and the Social Contract, which brought the vision of the security of living within organized states, however repressive they were.

Since the end of the Thirty Years' War and the Peace of Westphalia, in 1648 - the rise of the european nation-state - governments had particularly stressed the importance of their borders and exerted an effective control over their population. The ideas of the French Revolution, however, traveled faster and established a new model of relationship between monarchs and the emerging bourgeoisie. From independence movements in the Americas to the peasants of Central and Eastern Europe, no corner of the Western World was untouched by the ideas of liberty, equality and fraternity.

Political changes paved the way for economic liberalism based on Adam Smith's concept of the 'invisible hand' of the market fostering social justice and peace. Not only did capitalist ideas seek liberty and spread worldwide but also Karl Marx's concept of the conflict of classes and state collectivism. Both systems survived the destruction of the multipolar balance of power, after two bloody wars, in 1945, and

coexisted in an environment of mutual distrust during the frozen peace of the cold war years. However, after the crumble of the Soviet Empire in 1989, the battle of ideologies disappeared from the international arena.

No sooner had the Berlin Wall fallen than countries had to face the challenging process of globalization and economic liberalization. Although economic integration is stronger in Europe (with an attempt to create a single currency, the euro), countries all over the world are promoting deregulation and economic reforms to match the standards of the WTO (World Trade Organization). Economic blocks - such as Mercosur, Nafta and APEC - are emerging characters interested in compromise and barter.

In spite of the fact that economic integration is growing, it is not clear yet whether the sensitive issues - such as ethnic conflicts, religious fundamentalism and human rights - will be discussed in international organizations or decided in terms of the deterrent arsenal of the world leading economies.

Exemplo de versão (Concurso de 1998):

Translate the following texts into English:

1. Um passo de conseqüências incalculáveis foi dado quando o homem, na tarefa de fixar e de transmitir o pensamento, percebeu que lhe era possível substituir a imagem visual pela sonora, colocar o som onde até então tinha obstinadamente colocado a figura. Dessa forma, o sinal se libertaria completamente do objeto e a linguagem readquiriria a sua verdadeira natureza, que é oral. "Decompondo" o som das palavras, o homem percebeu que ele se reduzia a unidades justapostas, mais ou menos independentes umas das outras (enquanto som) e nitidamente diferenciáveis. Daí surgiram os dois tipos de escrita que marcam essa grande revolução decisiva: a *escrita silábica*, na qual o sistema se funda em "grupos de sons", representados por um sinal, e a *escrita alfabética*, em que cada sinal corresponde a uma letra. A segunda representa, por conseqüência, um progresso com relação à primeira, porque atinge o limite da análise

que ela tinha iniciado. Assim, pois, pode-se dizer que a escrita alfabética representa, com relação à silábica, uma complexidade maior de ordem ideológica, mas uma inestimável simplificação técnica.

(Wilson Martins, *A Palavra Escrita*)

2. Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas. E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias.

Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Será por simples obra do acaso que o tema não tem atraído devidamente o interesse dos espíritos especulativos e criadores dos nossos tempos? Não cremos. O fenômeno é tão marcante e se apresenta com tal regularidade que, longe de traduzir obra do acaso, parece condicionado às mesmas leis gerais que regulam as outras manifestações sociais de nossa cultura. Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente.

(Josué de Castro, *Geografia da Fome*)

João Marcos Senise Paes Leme (31/40)

1. *It was a step of immeasurable consequences. Man, while performing the task of registering and conveying thought, perceived the possibility of replacing visual image with sound image, of placing sound where he had so far insistently placed drawings. Hence, the signal would be completely released from the object and language would reacquire its true nature, which is oral. After 'decomposing' the sound of words,*

man noticed that it was composed by a gathering of units, which were somewhat independent from one another (as far as sound is concerned) and easily distinguishable. From this event stem the two types of writing characterising that remarkable and decisive revolution: the syllabic writing, whose system is grounded in 'groups of sounds' represented by a signal, and the alphabetic writing, in which each signal corresponds to a letter. The latter consequently represents progress before the former, since it reaches the limit of the analysis the alphabetic writing initiated. Therefore, one may assert that the alphabetic writing contains more ideological complexity before the syllabic writing, but also immeasurably simplified features.

(Wilson Martins, The written word)

2. To every group of one thousand publishings concerning the problems of war one finds one piece of writing related to famine. Yet the aftermath of the latter calamity is worse than that of wars and epidemics combined. And in favour of such a regrettable triumph of famine over the other calamities lies the universally proven fact that famine is the most constant and effective cause of wars and a nearly obligatory stage of ground work for the explosion of huge epidemics.

What are the concealed reasons for this silent conspiracy surrounding famine? Would it be sheer coincidence that the issue has not duly called the attention of the speculative and creative minds of our time? I do not share this view. The phenomenon is so visible and occurs so regularly that, instead of meaning a sheer coincidence, it seems submitted to the same general rules regulating other forms of social expression in our culture. It is a silent behaviour which has been premeditated by the very soul of culture: moral, political and economic interests and prejudice of our so-called Western civilisation are the ones responsible for making famine a forbidden issue or, at least, not advisable for public debate.

(Josué de Castro, Geography of Famine)

Orientação para o exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them.

At the oral examination, candidates are assessed on diction, pronunciation, fluency, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text and discuss the topics, and communicate.

The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	30
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	30
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	40
	TOTAL:	100

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na arguição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados a seguir são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no *site* da Assessoria de Comunicação Social – ACS, do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
7. O entorno regional. Mercosul.
8. O entorno regional. A integração hemisférica.
9. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
10. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
11. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembléia Geral. ECOSOC.
12. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
13. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
14. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
15. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
16. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
17. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
18. Relações Brasil-África e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
20. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.

21. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
22. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
23. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
24. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
25. A diplomacia presidencial.
26. A diplomacia consular.
27. A diplomacia federativa.
28. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
29. A diplomacia pública e parlamentar.
30. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
31. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
32. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros¹ :

- ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*, Editora da UnB, Brasília, 1983.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. 2.ª ed. rev., Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.
- FLORÊNCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. *Mercosul Hoje*, Alfa-Omega, São Paulo, 1996.
- FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*, FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.

¹ As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão
 Ministério das Relações Exteriores
 Anexo 2 – Térreo
 70170-900 Brasília, DF
 Telefones: (061) 211-6847/6857 – Fax:(061) 322-2931

- FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II* (2 vol.), FUNAG/ Paz e Terra, Brasília, 1994.
- FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*, Paz e Terra, São Paulo, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*, Cia das Letras, São Paulo, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o século XXI*, Campus, Rio de Janeiro, 1995.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*, Simon & Schuster, London-New York, 1994.
- LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: a Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG, Brasília, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas*, FUNAG, Brasília, 1995.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Alfred Knopf, New York.
- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG, Brasília, 1998.
- RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*, Record, Rio de Janeiro, 1995.
- SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, FUNAG, Brasília, 1995.
- WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigo:

BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", in *Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada anteriormente, sugere-se a leitura de:

– livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o traço da vida*, Record, RJ, 1992.

CORRÊA Jr., Manoel Pio. *O mundo em que vivi*, Expressão e Cultura, RJ, 1996.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*, Siciliano, SP, 1992.

LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos, 10 anos de agenda internacional (1985-1995)*, Francisco Alves, RJ, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);

- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* (www.foreignaffairs.org) e *Política Externa* (Ed. Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional* (www.usp.br/relint, USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional* (IRI/PUC-Rio), *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) e a *Revista Parcerias Estratégicas*, publicada pela Secretaria de Assuntos

Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). As causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "Segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

- ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizages do Poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- CAMPOS, Flávio e Dohlnekoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*, FUNAG, Brasília, 1995.
- CARONE, Edgar. *A República Velha*, DIFEL, São Paulo.

- *A Segunda República*, DIFEL, São Paulo.
- *A Terceira República (1930-1937)*, DIFEL, São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*, Campus, Rio de Janeiro, 1980.
- *Teatro de Sombras: a Política Imperial*, Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, Ática, São Paulo, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Globo, Porto Alegre, 1979.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro*, Ed. da UFRJ/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*, Campus, Rio de Janeiro, 1979.
- *A invenção do Trabalhismo*, Relume Dumará, RJ, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo, 1972.
- e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo.
- IGLESIAS, Francisco. *Trajatória Política do Brasil*, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*, Papirus, Campinas, 1986.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, Hucitec/INL, São Paulo, 1987.

- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo.
- *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, EDUNESP, São Paulo, 1993.

B) História Mundial Contemporânea:

- ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo*, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, EDUNESP, São Paulo, 1996.
- BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4.^a ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Cia das Letras, São Paulo, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro.
- CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada*, Cia das Letras, São Paulo, 1993.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
- HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West*, Penguin, London, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- *A Era do Capital*, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
- *A Era dos Impérios*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- *Nações e nacionalismo desde 1780*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
- *A Era dos Extremos*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

- MAYER, Arno. *A Força da Tradição*, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
- O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*, UENESP, São Paulo, 1992.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*, Cia das Letras, São Paulo, 1990.
- VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales depuis 1945*, A. Collin, Paris, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas anteriormente e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
- BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
- JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monólito*, UNESP, São Paulo, 1991.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*, Cia das Letras, São Paulo, 1988.
- ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.
- PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12), Cambridge University Press, Cambridge.
- THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, EDUFGRS, Porto Alegre, 1992.
- . *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

Exemplo de Prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1) “A obra da Revolução irá para a História como a era da reconstrução moral e material do Brasil”. (Discurso proferido por Oswaldo Aranha ao transmitir o cargo de Ministro da Justiça a Maurício Cardoso, em 21/12/31. In: *A Revolução de 30. Textos e documentos*, Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1982, p. 45).

Comente a afirmação de Oswaldo Aranha sobre a Revolução de 1930, considerando especialmente o projeto dos revolucionários de “reconstrução do Brasil”.

Nilo Dytz Filho (20/20)

O século XIX, na afirmação de Alfredo Bosi, legou ao Brasil três ideologias fundamentais, cujo enfrentamento, digamos, cabal dar-se-á durante a Revolução de 30. São elas: o conservadorismo, assentado na escravatura para a produção de cana (Nordeste) e café valparaibano; o novo liberalismo, representado pela figura de Joaquim Nabuco, associado à expansão da produção cafeeira no Oeste paulista; e o positivismo, nas suas vertentes jacobina (Florianópolis) e castilhistaborgista. Embora a primeira tivesse perdido muita intensidade, ainda havia resquícios a suscitar algum distúrbio nas primeiras décadas do século XX.

Com a Revolução e o posterior domínio varguista, como dito, travar-se-á o confronto mais importante entre elas, definidor, em larga medida, de muitas opções e soluções a que se viu adstrito o Brasil. Há quem diga, como Sandra Jatahy Pesavento, que o primeiro período de Vargas representou um transplante do modelo castilhistaborgista, do âmbito regional para o nacional.

A Revolução, de início, propõe uma “limpeza” dos padrões eleitorais prevaletentes na República Velha, embora a condução do movimento tenha-se dado pelas mãos de experimentados oligarcas (lembramos a Aliança Liberal e as eleições

presidenciais de 1929). O voto a cabresto, os "currais eleitorais", o voto fantasma serviram de êmulo ao movimento, devendo-se ressaltar que os tenentes da conturbada década de 20, desde cedo, bateram-se por um sistema eleitoral mais "limpo".

Mas a "reconstrução" não se afirmaria apenas pelo viés eleitoral, o qual, com o passar do tempo — até a Revolução de 32 e, após, com o Estado Novo —, ficou um tanto relegado a segundo plano. Devem ser consideradas igualmente a recomposição do pacto federativo, no sentido de maior centralização, as alterações na educação formal e, claro, a reordenação da esfera econômica.

A crise de 29 antecipou algumas mudanças na estrutura socioeconômica brasileira, estrangulando a sustentação da exportação do café a qualquer custo. A industrialização, ainda que constataremos algumas iniciativas anteriores, tem início de fato com a Revolução de 30, quando a cultura do café se viu fundamentalmente atingida pela crise mundial.

E, para o projeto político dos revolucionários, a reforma do pacto federativo, tal qual normatizado pela Constituição de 1891, era de vital importância. Recuperou-se a centralização — tão marcante em nosso Império e federalismo pós-30 —, chegando-se ao extremo do Estado Novo (p.e., queima das bandeiras dos estados).

À guisa de conclusão, podemos afirmar que a Revolução de 30 contrastou e sintetizou, numa época de crise mundial, as principais opções ideológicas legadas pelo século que passara, propondo-se uma reconstrução, de amplo escopo, da alma e patrimônio nacionais, reconstrução que se projeta até os presentes dias.

2) A partir dos anos 50 e até as décadas 60/70, a intelectualidade brasileira está envolvida em intenso debate acerca do tema da "cultura nacional", seus impasses e possíveis saídas. Desenvolva sua resposta, assinalando pelo menos dois movimentos significativos em que este debate toma corpo, contextualizando-o e apresentando suas principais linhas de orientação.

Roberto Parente (20/20)

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial e, em especial, a partir dos anos 50, o Brasil vivia o desenvolvimentismo, que procurava, com o apoio do Estado, mudar a realidade brasileira — até então um país agrário-exportador — e transformar

o país num pólo industrial com grande desenvolvimento econômico e superação das desigualdades sociais. Durante o governo Vargas (51 a 54) havia uma forte discussão entre aquilo que denominavam "entreguismo" e seu oposto, o nacionalismo. O nacionalismo foi, de fato, um componente importante na sociedade brasileira, especialmente nos anos de Juscelino Kubitschek, na tentativa de tornar o país menos dependente da hegemonia norte-americana da Guerra Fria.

Na cultura, portanto, sempre houve acalorada discussão acerca dos tradicionais elementos da cultura brasileira em oposição às influências externas. Nos anos 50, um importante grupo de escritores procurou realçar as especificidades regionais brasileiras. Autores como Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto procuravam mostrar a realidade do homem do interior do Brasil. "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa, e "Morte e Vida Severina", de João Cabral de Melo Neto, são grandes exemplos da literatura regional que surgiu nos anos 50. Na poesia, autores como Haroldo de Campos e Décio Pignatari foram os pilares do movimento concretista, que procurava romper com os padrões poéticos formais.

No final dos anos 50, surgiu na Zona Sul do Rio de Janeiro um movimento musical com intenções puramente artísticas, que mesclava o jazz com o samba. A bossa nova tomou conta do cenário nacional, trazendo o conceito de MPB (Música Popular Brasileira). Músicos como João Gilberto e Tom Jobim ganharam fama internacional, levando ao exterior algo substancialmente diferente da caricatura brasileira representada nos anos 40 por Carmem Miranda.

Nos anos 60, e em especial no período entre 64 e 68, o Brasil vivia, como boa parte do mundo ocidental, a participação contestadora da juventude e dos movimentos estudantis. A discussão, sempre acalorada, entre arte engajada e arte pela arte dominava o meio artístico. Os festivais dominavam o espaço urbano, como se uma revolução estivesse em andamento (e, de fato, estava). Neste período surge outro movimento que busca, assim como o Modernismo o fez nos anos 20, apropriar-se de instrumentos modernos — neste caso a guitarra elétrica e a contestação — para retratar a realidade cotidiana. Chamado de tropicalismo, trouxe à cena cultural nomes como Caetano Veloso e Gilberto Gil.

No teatro, o engajamento era quase total. O Teatro Oficina e o Teatro de Arena (ambos em São Paulo), além dos CPC (Centro Popular de Cultura) ligados à UNE, trazem nomes como Gianfrancesco Guarnieri e José Celso Martinez Correia. Temas modernistas voltam à cena, como "Macunaíma".

Toda a agitação cultural do final dos anos 60, porém, será eclipsada por acontecimentos políticos que, em 1968, conseguirão calar por pelo menos uma década os movimentos culturais mais contestadores.

3) Com base no parágrafo abaixo, caracterize a política externa do Império brasileiro no Prata, identificando o contexto em que se desenvolveu.

“Em agosto de 1851, de ordem do seu governo e a fim de ‘estreitar e fortificar quanto possível’ a aliança da República com o Império, insistia Lamas, oficialmente, na necessidade da celebração de ajustes que colocassem “as relações dos dois países sobre bases claras, bem definidas e de recíprocas vantagens”. (J. A. Soares de Souza. *In*: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 5, 1969).

Exemplo de Prova (redigida pela Banca de Examinadores)

A diplomacia brasileira no segundo reinado relativa ao Rio da Prata herdou uma situação das mais complexas. O período compreendido entre 1839 e 1851 foi marcado por conflitos internos nas repúblicas vizinhas, que se caracterizaram por tendências hegemônicas partidárias. As conseqüências de tais conflitos foram, na Argentina, a derrota dos unitários e a ascensão de Rosas. No Uruguai, Rivera (colorado) é pressionado a opor-se a Rosas. Em 1843, instalam-se dois governos: o de Cerrito (Oribe, Blanco) e o da “Defensa” (colorado). A política de Rosas direcionava-se no sentido de anexar a República uruguaia, restabelecendo o antigo vice-reinado espanhol das províncias do Rio da Prata. No plano internacional, as principais potências da época, a Inglaterra e a França, buscavam defender os seus interesses comerciais.

A situação era de extrema tensão. Em 1847, o governo de Montevideú resolveu, secretamente, tentar uma aproximação com os países limítrofes e formar uma aliança, deixando de lado a intervenção européia. Tornava-se cada vez mais difícil resistir à Argentina. Neste contexto, a intervenção brasileira começou a parecer necessária ao Governo da “Defensa”, que pretendia não só o apoio da monarquia brasileira a sua causa, mas também negociar a questão de limites. A resposta do Brasil não foi imediata. A política diplomática brasileira só se modificou em 1849, quando assumiu a pasta dos negócios estrangeiros Paulino José Soares de Souza. O governo imperial

assumiu, então, o compromisso de fornecer à República uruguaia uma determinada contribuição mensal. Em setembro de 1850, Irineu Evangelista de Souza firmou com o Ministro da Fazenda, Rodrigues Torres, o compromisso de fornecer o que, sigilosamente, o Império havia ajustado.

A nova orientação dada a nossa diplomacia nos assuntos platinos resultou ainda na convenção que o Brasil assinou com o Uruguai e Entre-Rios, em maio de 1851. Objetivou-se a formação de uma aliança ofensiva para garantir a independência e pacificação do Uruguai e combater as forças de Rosas e Oribe. Em outubro de 1851, o governo da “Defensa”, por meio de seu enviado especial, Andrés Lamas, assinou com o Império cinco tratados: Limites, Comércio e Navegação, Extradição, Aliança e Subsídios. A opinião dos historiadores é bastante divergente com respeito à avaliação dos referidos tratados. Os historiadores uruguaios, em particular, consideram-nos desfavoráveis ao Uruguai. Seja como for, os cinco tratados constituem o coroamento da diplomacia imperial no Rio da Prata. Fixamos com eles as nossas fronteiras, derrubando o tratado de Santo Ildefonso, de 1777, asseguramos o uso exclusivo da Lagoa Mirim e do rio Yaguarón, obtivemos comercialmente a cláusula de nação mais favorecida e, uma vez derrotado Rosas, constituímos uma sólida Aliança que ajudaria mais tarde a enfrentar o Paraguai.

4) Comente, justificando, a seguinte assertiva:

“Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliamos, 1830 determina um ponto crítico: de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável.” Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções*. 1981. p. 29).

Tatiana Gomes Bustamante (20/20)

A Revolução Francesa de 1789 resultou no dismantelamento da estrutura do Antigo Regime (absolutismo monárquico, mercantilismo, sociedade estamental, etc.) e no fortalecimento das posições e dos interesses burgueses segundo ideais iluministas de liberalismo econômico (não-intervenção do Estado na economia, livre-cambismo) e de liberalismo político (direitos e garantias individuais, direito à propriedade, cidadania, isonomia). Com o fim da era napoleônica e o estabelecimento do Concerto Europeu, no Congresso de Viena, em 1815, as monarquias européias visavam a um projeto de

Restauração do status quo ante: a formação da Santa Aliança, depois *Quádrupla e Quintupla* (Áustria, Prússia, Rússia + Grã-Bretanha + França de Luís XVIII). O projeto do concerto europeu objetivava a supressão de movimentos de cunho liberal e nacional (vide as diversas nacionalidades reunidas tanto em território russo quanto em território austríaco). Em 1830 eclodiram revoluções justamente objetivando liberdade e autonomia nacional. O absolutismo restaurado de Carlos X, na França, é substituído pela monarquia constitucional do chamado “rei burguês”, Luís Felipe. A Bélgica consegue sua independência do Reino dos Países Baixos (Holanda), a Grécia já havia obtido o mesmo em relação ao Império Turco-Otomano. Regiões da península italiana se rebelam contra a dominação dos Habsburgos austríacos, sofrendo repressão, mas já cultivando o sentimento liberal e nacional. Estados da Confederação Germânica reclamaram mais liberdade, seu movimento logrou êxito com a formação, em 1834, do Zollverein, uma união aduaneira na região que excluía a Áustria. Essa onda revolucionária liberal e nacional foi bem sucedida ao confrontar o absolutismo restaurador, supressor de liberdades econômicas e políticas, e ao resgatar o ímpeto da revolução de 1789 para reivindicar a superação de novas questões surgidas ao longo das primeiras décadas de industrialização e urbanização aceleradas.

A 1ª Revolução Industrial – com força na Grã-Bretanha, França e Bélgica – suscitou questionamentos sobre a condição social. Operários, pequena burguesia, defrontavam-se com a ampliação da exploração do trabalho (questão da mais-valia, teorias de David Ricardo em 1817), a expansão da pobreza (crescimento demográfico acelerado, urbanização não planejada em termos de infra-estrutura), a falta de liberdade política, a pressão das nacionalidades em algumas áreas multiétnicas, multinacionais. Já o ano de 1848 representou uma outra onda revolucionária liberal e nacional, mas também com a participação do socialismo. Foi numa conjuntura de crise do capitalismo (de produção, de preços, agrícola) e falta de habilidade governamental para lidar com o problema, que se deram revoluções como a da França, que implementou uma república cujos componentes almejavam projetos dispare, conduzindo o regime ao conservadorismo (eleição de Luís Napoleão para a presidência em 1848, para em 1851 ocorrer o Golpe que instalou o Império de Napoleão III). Os projetos das revoluções de 1848, a “Primavera dos Povos”, de liberdade e autodeterminação obtiveram implementações fugazes.

5) “Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos.” (Massimo d’Azeglio. 1792-1866. *apud*. Eric Hobsbawn. *A Era do Capital. 1848-1875*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 108).

“Uma Nação é uma alma, um princípio espiritual... A Nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devotamento. O culto dos ancestrais é dentre outros o mais legítimo; os ancestrais nos fizeram ser o que somos.” (Ernest Renan. *Qu’est-ce qu’une nation?*, conferência pronunciada na Sorbonne, em 11/03/1882. In: Ernest Renan. *Qu’est-ce qu’une nation?* Presses Pocket, 1992).

As duas passagens têm como tema as vicissitudes da constituição das Nações no século XIX. Comente as passagens, relacionando-as com o importante processo de constituição de uma “Europa das Nações”, a partir da Revolução Francesa.

João Marcos Senise Paes Leme (20/20)

Em seu *O Século XIX*, René Rémond aponta uma dupla origem para o nacionalismo: a Revolução Francesa e a tradição. A matriz da Revolução Francesa teria ainda um aspecto múltiplo: sua contribuição ao nacionalismo se deu (i) pela consagração do princípio de autodeterminação através do autogoverno; (ii) pela difusão desse princípio; e (iii) por ter despertado o sentimento nacional nos povos ocupados por Napoleão. A tradição alia-se a essa matriz revolucionária para dar forma ao Estado-Nação.

De fato, a História europeia do século XIX confirma a natureza complexa do nacionalismo. Enquanto Itália e Alemanha conseguiram unificar-se – aliando, portanto, tradições comuns sob um só governo –, os impérios multiétnicos (Turco-Otomano e Austro-Húngaro) acabaram por se esfacelar.

A primeira passagem transcrita no enunciado é particularmente reveladora do duplo aspecto do nacionalismo: a unidade italiana, construída tendo como vértice o Reino Sardo-Piemontês, criou um Estado, a partir, é verdade, da comunhão mais ou menos sólida de determinados aspectos culturais. O Estado, porém, estava constituído;

a nação, embora composta por povos e culturas afins, precisaria ainda solidificar-se.

A segunda passagem trata mais especificamente do aspecto "tradição".

Italianos e alemães só tiveram meios de manter seus respectivos Estados em função das afinidades existentes entre os numerosos povos que os constituíram.

A inexistência de mínimas identidades ou tradições comuns é capaz de desestabilizar a estrutura de qualquer Estado. Tivemos exemplos no século XIX e ainda temos no século XX.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.

1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.

1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.

1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.

1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia

Cultural.

1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.

2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).

2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.

2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.

2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.

2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.

2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.

2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.

3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.

3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*, Hucitec, São Paulo, 1996.

CASTRO, Iná Elias *et alii*. *Geografia: Conceitos e Temas*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Hucitec, São Paulo, 1996.

GREGORY, Derek *et alii*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *Território: Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1995.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, Hucitec, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis *et alii*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, Cortez, São Paulo, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*, Contexto, São Paulo, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*, Hucitec, São Paulo, 1988.

———. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton *et alii*. *Fim de Século e Globalização*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1. A soja aparece como um dos principais produtos agrícolas na pauta das exportações brasileiras nas últimas décadas. Analise a trajetória de difusão, pelo território brasileiro, das plantações desse produto e os sistemas de produção predominantes em cada área produtora, e indique seus portos de escoamento para o exterior.

Marcelo de Oliveira Ramalho (20/20)

A expansão do cultivo da soja no Brasil, nas últimas três décadas, reflete mudanças marcantes na divisão territorial da agricultura brasileira, bem como na configuração de suas forças produtivas.

Sobretudo a partir dos anos sessenta, assiste-se à expansão da soja nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Esse avanço, baseado na grande propriedade e na mecanização da produção, determina a expulsão de pequenos proprietários, meeiros, parceiros e outras categorias que, por seu turno, constituirão a maioria dos envolvidos com o avanço da soja numa nova frente pioneira, a partir dos anos setenta: o cerrado.

Portanto, com o apoio dos governos militares, interessados em expandir suas exportações para o Mercado Comum Europeu e para o Japão, o cultivo da soja avança pelos estados do Mato Grosso (e também Mato Grosso do Sul, criado em 1977), Goiás, Minas Gerais e oeste da Bahia. Nesse sentido, por exemplo, é assinado em 1974 o Prodecet, programa nipo-brasileiro de apoio à expansão da soja pelo cerrado.

A produção baseou-se na grande propriedade, com elevado índice de mecanização e uso intensivo de insumos agrícolas, o que permitiu elevados ganhos de produtividade — auxiliados pelo fato de o clima do cerrado permitir o cultivo durante o ano inteiro — ao contrário, por exemplo, das áreas produtoras nos Estados Unidos. Destarte, há uma brutal capitalização da produção, já que esta só se torna viável a partir de altos investimentos e concentração fundiária, o que afasta pequenos e médios produtores.

O escoamento da produção de soja representa um grave problema. Aproveitando-se da extensa malha viária aberta no país, sobretudo a partir dos anos cinquenta, grande parte da produção é transportada em caminhões até, principalmente, o Porto de Paranaguá, no Paraná — além do Porto de Santos. O transporte ferroviário não é muito significativo, embora venha crescendo a importância do porto de Itaquí, no Maranhão, onde a soja chega através de trilhos construídos, primordialmente, para transportar minérios. Outra iniciativa importante está ocorrendo no norte do Mato Grosso, na frente pioneira de Alta Floresta, onde se constrói uma hidrovía até o Porto de Itacoatiara, no Amazonas, de onde a soja poderá atingir a foz do Rio Amazonas e, então, ser diretamente encaminhada aos mercados consumidores no exterior.

2. A existência de frentes pioneiras tem sido uma constante no decorrer da história brasileira. Os fundos territoriais sob soberania do país são, porém, finitos. Comente essa relação, tentando fornecer prognósticos e delinear cenários sobre a matéria nas próximas décadas.

José Roberto de Andrade Filho (20/20)

A questão das frentes pioneiras remete, em bom grau, à própria questão histórica da estruturação da posse da terra no Brasil. A abertura das frentes tem-se dado tanto por projetos geopolíticos de fixação da população, nos vastos interiores vazios do país, como também pela ocupação de terras devolutas, matas virgens por contingentes camponeses excluídos de quaisquer possibilidades de inserção econômica no mercado. O primeiro caso pode ser exemplificado pelos projetos governamentais de fixação do homem na Amazônia, sobretudo nos anos 70. Tais projetos, quando não fracassados, acabaram por lograr resultados diferentes dos inicialmente propostos. O segundo caso de expansão de frentes pioneiras vincula-se intimamente às exacerbadas distorções sociais, econômicas e fundiárias do campo. É caracterizado por um processo seqüencial de ocupação fragmentada e, após, concentrada, das novas terras. Inicia-se com a chegada de trabalhadores rurais repelidos de áreas agrícolas que, em geral, sofreram o impacto da inserção ao circuito capitalista de produção global, com forte mecanização (liberando/descartando mão-de-obra), elevação dos preços das terras e capitalização da própria agricultura (uso de insumos agrícolas, técnicas mais sofisticadas, operações financeiras de proteção — mercados futuros — etc.). Em um país historicamente marcado pelos latifúndios, que nem sempre cumprem sua função social, as frentes pioneiras se apresentam como refúgio e esperança de um campesinato de excluídos. Ocupando terras situadas na periferia do sistema produtivo rural, essa massa pauperizada vai, aos poucos, criando novos espaços e possibilidades no campo. Não raro, após algum tempo, tornam-se estes espaços objeto de interesse de grupos econômicos, provocando-se, assim, concentração de terras e pressão pela "regularização" e/ou aquisição destas terras. Este é o quadro típico que configura a guerra aberta no campo deste país. De um lado, posseiros e desprovidos; de outro, fazendeiros e grileiros. Estados como o Amazonas, Pará (lembremo-nos de Eldorado dos Carajás), Acre e Rondônia, por exemplo, são o palco típico deste cenário. A ocupação realizada pelas

frentes, entretanto, se dá através da penetração e desmatamento dos vazios da floresta destas regiões. Sendo as reservas florestais um patrimônio nacional finito, é claro se ver que o processo, além de danoso ao país, não pode perdurar. Desde meados dos anos 80 é crescente a pressão internacional pela preservação de nossas florestas. Esta demanda só tende a se intensificar no futuro. O país vem articulando esquemas de cooperação internacional para este fim, e espera receber mais ajuda financeira e tecnológica para isto. Também é significativa a força de mobilização e organização do campesinato pelo atendimento das demandas sociais do Brasil rural. Este é um elemento que, somado às pressões externas, influi na definição de políticas governamentais que tenham impacto na dinâmica de frentes pioneiras e desmatamento nas próximas décadas. Estes são os principais fatores que apontam para o esforço de criação de um modelo de desenvolvimento sustentado, no campo, que atenda e balanceie as demandas sociais e da própria preservação da natureza.

3. Analise os mecanismos dos processos de circulação que explicam por que a crise na economia dos chamados “tigres asiáticos” tem repercussões internacionais, apontando seus principais possíveis desdobramentos na economia brasileira.

Marcelo de Oliveira Ramalho (20/20)

O geógrafo Milton Santos afirma que, atualmente, a configuração do espaço baseia-se em horizontalidades e verticalidades. No primeiro caso, tem-se o “espaço banal”, o estabelecimento de influências recíprocas entre espaços contíguos. Já no segundo caso, temos o “espaço dos fluxos”, engendrado com a revolução tecno-científica e que possibilita a virtual subordinação de todos os espaços à lógica mundial de acumulação de capitais.

Um dos reflexos dessa subordinação é a desregulamentação e a mundialização dos mercados financeiros a partir de fins da década de setenta, baseadas no avanço da telemática. Nesse ponto, cabe citar outra categorização, proposta por Oliver Dollfus, que remete a um “espaço internacional”, regulado pelas relações e acordos entre Estados, e um “espaço transnacional”, regulado pelos fluxos de capital, que fogem ao controle direto da regulamentação estatal.

É nesse quadro que deve ser entendida a recente crise dos chamados “tigres

asiáticos”. Embora haja desacordos entre os economistas sobre as causas da crise (especulação do capital imobiliário, excessiva valorização das moedas, aumento exponencial da dívida das empresas), o fato é que, dados esses diferentes fluxos na “economia-mundo”, a crise pode atingir diretamente a economia brasileira.

Em primeiro lugar, a perda de confiança por parte dos investidores internacionais (tanto de capital especulativo quanto de investimento externo direto) nos chamados “emerging markets” pode conduzir a uma reavaliação dos fluxos de investimento. Com isso, os “países emergentes” se vêem na necessidade de aumentarem as taxas de juros para manter condições de atrair, ao menos, os capitais especulativos. No caso do Brasil, este processo significou o aumento do déficit da balança de pagamentos devido ao aumento dos juros da dívida interna.

Nesse quadro, não é possível recorrer a uma desvalorização cambial para fomentar as exportações – e assim aliviar o déficit – porque a moeda brasileira, através do processo de “âncora cambial”, baseado em “bandas” que estabelecem limites para a taxa de câmbio, está atrelada ao dólar.

Temos aí outro problema potencial: como ocorreu uma forte desvalorização de moedas dos “tigres asiáticos”, suas exportações ficaram bem mais baratas. Como o Brasil não pode recorrer ao mesmo princípio, é provável que aumente o déficit comercial do país, pressionando ainda mais a balança de pagamentos.

Em suma, as crises atuais são chamadas por certos autores de “crises do século XXI”: dada a elevada interdependência da economia, crises regionais podem ter efeitos globais.

4. Setores da imprensa norte-americana consideraram que o périplo africano recentemente concluído pelo Presidente Bill Clinton teria “recolocado a África no mapa do mundo”. Fosse você convidado a identificar os possíveis interesses econômicos e geopolíticos envolvidos na iniciativa dos Estados Unidos, quais apontaria?

Alessandra Cláudio Vinhas (20/20)

Palco de disputas imperialistas européias, a África permaneceu atrelada às suas metrópoles, durante muito tempo, como fonte de matérias-primas. O processo de

descolonização, ocorrido neste século, não foi capaz de desatar os laços das antigas colônias com a Europa, e a relação de dependência continuou.

Durante a Guerra Fria, a África foi, também, cenário da disputa pela hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética. Com o fim do conflito, o continente, progressivamente, perdeu sua importância geopolítica e econômica. A segunda devido ao subdesenvolvimento e à incapacidade de inserção dos seus países no novo cenário econômico mundial. A África teria, portanto, praticamente "saído do mapa do mundo".

O périplo do Presidente Bill Clinton, deste modo, teria chamado a atenção de todo o mundo para o Continente.

Quanto aos interesses norte-americanos na região, para compreendê-los é preciso ter em mente a busca de uma posição hegemônica mundial dos Estados Unidos. Com o fim da Guerra Fria, questionou-se a possibilidade do surgimento de um sistema multipolar no mundo, o governo norte-americano, entretanto, não parece interessado na perda de sua hegemonia política.

Os interesses econômicos dos Estados Unidos na África podem não ser considerados tão prementes em algumas áreas: 1) em relação a matérias-primas, a África não oferece vantagens substanciais, na medida em que a Revolução Verde nos Estados Unidos proporcionou a quase auto-suficiência quanto a gêneros agrícolas; e 2) a África também não pode ser identificada como um mercado de consumo atraente, devido à sua grave situação de pobreza (exceção feita à África do Sul).

É interessante para os Estados Unidos, entretanto, evitar a deflagração de guerras e conflitos armados na região que, além de representarem gastos, por meio das forças de paz da ONU, podem afetar a livre circulação de mercadorias pelo mundo.

Para incentivar o livre comércio, do qual é um dos maiores beneficiários, os Estados Unidos também procuram promover a democracia no continente e esperam poder evitar movimentos fundamentalistas e protecionistas, além do terrorismo.

O governo americano pode, também, incentivar o desenvolvimento da África, criando, deste modo, as bases para um mercado consumidor no futuro e evitando a imigração de africanos para o mundo desenvolvido e, em especial, os próprios Estados Unidos.

Por fim, é possível destacar o interesse norte-americano em consolidar sua presença nas áreas de mercado comum já existentes (no Sul da África, por exemplo), nas que estão em processo de criação e nas possíveis futuras. Esse é mais um passo importante para tentar construir uma hegemonia tanto política quanto econômica.

5. A percepção internacional acerca da "questão ambiental" foi-se fortalecendo ao longo das últimas décadas, num percurso em que se vêm registrando significativas mudanças de concepção quanto ao equacionamento do tema. Tais mudanças ficam bem mais evidentes nos documentos gerados por comissões e conferências internacionais. Aponte os principais documentos elaborados sobre a matéria a partir da década de 1970 e comente as modificações observadas nos seus enfoques sobre a "questão ambiental".

Claudio Garon (20/20)

A emergência do meio ambiente como preocupação geral e como tema global se consolidou nas últimas décadas. Com efeito, a preservação e o uso sustentável deixaram de ser apenas problemas locais para se tornarem temas de conferências das Nações Unidas. Nesse percurso, a percepção sobre o meio ambiente sofreu profundas alterações, cujas marcas temporais mais evidentes são as conferências de Estocolmo (1972) e do Rio (1992) e os documentos que as apoiaram ou foram por elas gerados.

A reunião de Estocolmo marcou a consagração da ótica do mundo desenvolvido sobre a questão do meio ambiente. O documento mais importante ligado a ela (Uma Só Terra) pode ser identificado como eco-malthusiano. Ele ignora a dimensão social do desenvolvimento e joga sobre os países em desenvolvimento a responsabilidade pela degradação ambiental. Segundo ele, o crescimento populacional e econômico dos países pobres produziria pressões insustentáveis sobre o meio ambiente do planeta. Ele advoga, ainda que indiretamente, o congelamento do então estágio de desenvolvimento.

Ao longo dos anos 70 e, principalmente, 80, a ação política e diplomática dos países em desenvolvimento, bem como importantes avanços técnicos alteraram profundamente essa concepção. O conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado à discussão sobre o meio ambiente, a ponto de a reunião que consagrou essa nova concepção, a Rio 92, ter-se chamado Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Já delineada nas conclusões da comissão Brundtland (1987), essa nova concepção foi consagrada no documento Agenda 21. Nele, admitem-se as responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos vários países sobre a degradação do

meio ambiente. Segundo o documento, os países industrializados, que tiveram 150 anos para se desenvolver às custas do meio ambiente e mantêm padrões de consumo incompatíveis com ele, têm uma responsabilidade maior, devendo, portanto, assegurar às demais nações acesso a financiamento e tecnologias que permitam um desenvolvimento sustentável. Em suma, nos 20 anos que separam as conferências de Estocolmo e do Rio, as concepções sobre meio ambiente variaram do eco-malthusianismo, que encarava a expansão populacional e econômica como a principal ameaça à natureza, a uma nova visão, que agrega o conceito de desenvolvimento sustentável ao debate. Essa evolução foi, também, uma vitória dos países em desenvolvimento, para os quais as teses eco-malthusianas implicariam estagnação econômica e social. As decisões tomadas na Rio 92, no entanto, ainda não surtiram efeito mais abrangente, já que há grande resistência dos países desenvolvidos em transferir fundos (caso da incipiência do Global Environment Fund) e tecnologias. Tal resistência pode ser comprovada pelo fato de apenas na reunião sobre o clima de Kioto, no ano passado, ter sido aprovado um mecanismo legal que possibilitará o controle das emissões globais, de acordo com o que fora discutido na Rio 92.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações ou problemas, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois focar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato sobre a fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição de 1988. O último tópico do programa – direitos e garantias fundamentais – marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis para quem se prepara para o exercício das funções diplomáticas.

Programa:

1. Característica da norma jurídica. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica e negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica (no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público).
4. O Estado. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A confederação e a federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
5. O Estado brasileiro. Nacionalidade da pessoa física. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
6. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.
7. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.

8. Competências da União, do Distrito Federal e das unidades federadas.
9. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
11. Fontes do Direito Internacional Público.
12. O tratado internacional. Conceituação. Processo de elaboração (competências dos Poderes Executivo e Legislativo). Entrada em vigor. Vigência e extinção.
13. Teoria geral das organizações internacionais.
14. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional.

Bibliografia:

A bibliografia é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras de maior interesse e conveniência. Os candidatos que desejarem poderão recorrer à leitura de outros autores, já que a Banca Examinadora não se vincula, necessariamente, ao conteúdo da bibliografia aqui indicada.

- ACCIOLY, H. e SILVA, G. E. N. *Manual de Direito Internacional Público*, 12.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1996.
- ALVES, J. A. Lindgren. *Os Direitos Humanos como Tema Global*, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.
- AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, FUNAG, Brasília, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, Malheiros, São Paulo, 1995.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 19.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1995.
- FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, 22.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

- MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 11.^a ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1997.
- MELLO, Celso A. B. *Curso de Direito Administrativo*, 9.^a ed., Malheiros, São Paulo, 1997.
- RANGEL, V. M. *Direito e Relações Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 22.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1995.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 6.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1996.
- RODAS, João Grandino. *Tratados Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1991.
- SEITENFUS, R. A. S. *Manual das Organizações Internacionais*, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1997.
- SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, São Paulo, 1997.
- TRINDADE, Antônio A. Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*, Escopo Editora, Brasília, 1990.
- . *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. I, S.A. Fabris Ed., Porto Alegre, 1997.

Exemplo de prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 linhas. Cada questão vale 20 pontos.

1. Suponha que tenha sido celebrado um tratado entre o Brasil e a Tartária, pelo qual os diplomados em Psicologia, em qualquer desses Estados, poderiam desempenhar, livremente, a profissão no outro país. Sigmund, nacional da Tartária e ali formado, logo em seguida à entrada em vigor do tratado, veio para o Brasil e aqui se estabeleceu como psicólogo de renome. Dez anos depois, sem que o tratado houvesse sido denunciado, entrou em vigor, no Brasil, lei exigindo de todo psicólogo com diploma

emitido no exterior a revalidação do documento em alguma universidade brasileira como condição para o exercício da profissão. Sigmund não providenciou a revalidação e foi comunicado, oficialmente, que não mais estava habilitado a trabalhar como psicólogo no Brasil. Inconformado, buscou apoio em sua embaixada, que entrou em contato com você para indagar-lhe sobre a situação do nacional da Tártária, prevista e protegida pelo tratado ainda em vigor, em face da nova lei brasileira. Indagou, ainda, se não haveria direito adquirido ao exercício da profissão. Responda fundamentadamente.

Marcello Paranhos de Oliveira Miller (18/20)

A controvérsia relativa ao conflito entre lei e tratado é uma das mais antigas de Direito Internacional Público. A doutrina apresenta múltiplas clivagens: uma clivagem entre monistas e dualistas sobre a possibilidade fenomênica de conflito e outra, entre os monistas, sobre a solução do conflito.

O conflito entre monistas e dualistas, para o celebrado internacionalista Nguyen Quoc Dinh, encontra sua premissa na idéia da unidade do direito; para os dualistas, o direito não é uno — haveria, entre o direito interno e o direito internacional, diferença de natureza, e não apenas de grau, visto que o primeiro obrigaria o Estado perante seus súditos e o segundo o obrigaria perante seus pares. Como se destinassem a âmbitos diversos de realidade, direito interno e direito internacional jamais entrariam em conflito. Já os monistas, para os quais o direito é uno, consideram que entre direito interno e direito internacional haveria diferença apenas de grau. Hoje se verifica o predomínio das correntes monistas, estando ultrapassadas as idéias dualistas de Triepel e Anzilotti.

Os monistas divergem quanto ao direito a prevalecer em caso de conflito. Há, de um lado, os monistas kelsenianos, que dão prevalência ao direito internacional, e, de outro lado, os monistas hegelianos, que dão prevalência ao direito interno (era a linha dos doutrinadores soviéticos). Há, ainda, os chamados monistas temperados, para os quais não haveria diferença de natureza nem de grau: haveria de observar-se, antes, a “última vontade do legislador”, sem prejuízo da eventual responsabilidade internacional do Estado por negar vigência a acordo internacional em razão de vicissitudes

internas (para o direito internacional, o direito interno é meramente um fato).

Se nossa doutrina tende a posicionar-se em favor do monismo kelseniano, com a notável exceção de Francisco Rezek, nossos textos de lei pouco têm a oferecer: a própria Constituição nada diz a respeito (o Art. 98 do Código Tributário Nacional, já em sua origem limitado ao âmbito tributário, tem tido sua orientação kelseniana ainda mais limitada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça). A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analisada em perspectiva histórico-jurídica com brilhantismo por Jacob Dolinger, tem seguido firme orientação monista temperada, isto é, de observância à “última vontade do legislador”. Dado que nossa Carta Magna, ao contrário de várias outras, como a da França, nada dispõe e que o Supremo Tribunal é seu guarda e derradeiro intérprete, há que se entender que, malgrado não tenha o Brasil procedido à denúncia do tratado, o que pode acarretar sua responsabilidade em face dos Estados co-pactuantes, Sigmund está, com efeito, inabilitado para o exercício da profissão de psicólogo no País.

*Quanto à questão do direito adquirido, é preciso notar que não o fere a regulamentação que dispõe sobre o modo de seu exercício. Resulta ferido o direito adquirido quando lei posterior atinge incontornavelmente sua autorização fundamental; ora, in casu, bastaria que Sigmund atendesse à nova exigência — que não era de fundo, mas dizia respeito tão-somente ao *modus faciendi* — para que continuasse exercendo sua profissão.*

2. Comemora-se, em 1998, o cinquentenário da aprovação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sob a forma de resolução, sem nenhum voto contrário. Dessa Declaração diz-se que adquiriu “grande autoridade moral e política e que o seu impacto na teoria prática do direito tanto internacional como nacional tem sido profundo” (John Humphrey). A Declaração tem sido invocada por inúmeros governos para justificar posições adotadas no âmbito internacional. Tem servido, também, de fundamento para decisões proferidas por tribunais nacionais. Tem sido, ainda, incorporada, total ou parcialmente, às constituições de diversos Estados. Além disso, não se registra manifestação oficial de Estado algum, recusando qualquer de seus enunciados. Analise, a partir do conhecimento das fontes do direito

internacional, se a Declaração é juridicamente vinculante para os Estados ou se possui mera força de recomendação.

Regiane Mara Gonçalves de Melo (20/20)

O Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça elenca como fontes reconhecidas de direito internacional: 1) as convenções firmadas entre pessoas jurídicas de direito das gentes, sob diversas terminologias – tratados, acordos, cartas, concordata, etc. ; 2) os costumes internacionais; 3) os princípios gerais de direito e de direito internacional reconhecidos pelas nações civilizadas; 4) de modo auxiliar, as decisões jurídicas tomadas pela nações e a doutrina jurídica. Deve-se acrescentar, contudo, a esta lista, devido à importância assumida nas últimas décadas, os atos unilaterais e as decisões adotadas pelas organizações internacionais como fonte de direito. As resoluções, recomendações e declarações emitidas por essas pessoas jurídicas de direito internacional manifestam-se crescentemente como fonte de costume internacional ao comportarem os elementos formal (repetição de certo ato e de certa orientação no tratamento de assuntos particulares) e psicológico (crença na obrigatoriedade de seus preceitos) da caracterização de costume.

Isto posto, pode-se concluir que, no ato da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, tal instituto não implicou obrigatoriedade o acatamento de suas recomendações. Implicava, entretanto, apenas um comprometimento moral com seus princípios e normas, não vinculando as partes e, dessa maneira, a inobservância não representaria ilícito internacional (apesar de ter recebido apoio unânime).

A aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem representou, em verdade, a primeira tentativa concertada de posituação dos direitos fundamentais do Homem, gerando, em seguida, grande impacto na prática do direito, tanto internacional quanto nacional, concretizando-se gradualmente em costume internacional. A sua alegação pelos Estados no âmbito internacional e pelos tribunais nacionais confirma o seu caráter de fonte legítima de direito internacional e nacional. Ademais, vale lembrar, ao ser incorporada às Constituições de diversos países e ser objeto de duas convenções internacionais concluídas em Genebra (Convenção sobre os Direitos Políticos e Cívicos e sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais), ganhou sobremaneira força vinculante.

Dessa maneira, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao concretizar-se na prática do direito, consolidando-se como costume jurídico internacional, possui, hoje, capacidade vinculatória, uma vez que costumes são fontes de direito internacional legítimas, superando, assim, sua força inicial de recomendação.

3. Imagine que um Estado-membro no Brasil, invocando o poder de se auto-organizar, típico de entidades componentes de uma Federação, resolva adotar, para si, o sistema parlamentarista de governo. Analise se essa é uma decisão juridicamente válida.

Erika Almeida Watanabe (19/20)

A forma federativa de Estado – cláusula pétrea na Constituição Federal de 1988 (CF/88) – é caracterizada, principalmente, pela existência de um só poder soberano na federação, não sendo os estados-membros soberanos, mas, antes, autônomos. Com efeito, não cabe aos estados federados o direito de nulificação (Darcy Azambuja), ou seja, de não aceitarem as leis federais e aquele de secessão (direitos presentes nas confederações). Tem-se, ainda, que aos estados-membros e municípios – pessoas de direito público interno – cabe a elaboração de suas constituições e leis orgânicas, respectivamente, devendo observar a competência que lhes é dada pela Constituição Federal e, por conseguinte, o respeito às leis hierarquicamente superiores, sob pena de inconstitucionalidade.

Escolhido por plebiscito como o sistema de governo brasileiro, o presidencialismo está consagrado na lei fundamental do País, o que deve ser respeitado pelos estados-membros, uma vez que estes dispõem de autonomia e não soberania para elaborarem suas leis. O poder de auto-organização, portanto, submete-se aos limites estabelecidos em normas e princípios constitucionais. Destarte, a competência estadual – que é residual – não abrange o direito de modificar o sistema de governo estabelecido na CF/88, incorrendo em inconstitucionalidade.

Ademais, adotando tal sistema, o estado-membro estaria modificando o princípio da separação de poderes tal como consagrado na Carta Magna, pois, no Parlamentarismo, há maior interdependência entre os poderes legislativo e executivo.

4. José foi enviado, na qualidade de representante do Mercosul, à Translândia para negociar um acordo de cooperação comercial. O governo

do mencionado país agendou encontro oficial, mesmo sabendo que a situação política interna, bastante instável, não recomendava a visita. Ao chegar à Translândia, José foi agredido por um grupo extremista de oposição ao governo local. Considerando que a Translândia não é membro do Mercosul e que José estava em missão oficial ao território do referido país, indaga-se: tem o Mercosul legitimidade para reclamar judicialmente da Translândia reparação por dano causado à organização internacional?

Nilo Dytz Filho (20/20)

Na hipótese, conjugam-se duas tendências gerais do direito internacional público: a crescente importância das organizações internacionais no cenário mundial – com o conseqüente reforço de sua proteção – e a ampliação do âmbito da responsabilidade internacional dos Estados.

Por primeiro, analisemos a legitimidade do Mercosul do ângulo da configuração ou não da responsabilidade da Translândia quanto ao evento ocorrido. Como se sabe, para que se constitua a responsabilidade internacional do Estado são necessários três requisitos, que são a ocorrência do dano, a imputabilidade e a existência de um fato ilícito. No caso em exame, parecem presentes os três elementos. O dano resulta da agressão ao representante do Mercosul; a agressão representa o fato ilícito, repreensível o comportamento em face do caráter da missão e do comportamento do agredido; já a imputabilidade do Estado da Translândia pode ser deduzida de seu comportamento culposos, uma vez que, mesmo sabendo da instabilidade política interna e de suas possíveis conseqüências, agendou encontro oficial, expondo o representante da organização internacional.

Por outro ângulo, a legitimidade do Mercosul afirma-se, já que, pelo Protocolo de Ouro Preto, ele é uma organização internacional dotada de personalidade jurídica e institucionalização, possibilitando-lhe fazer-se representar em foros internacionais ou mesmo em demandas judiciais, na qualidade mesma de Mercosul.

Conclui-se, pois, que no caso o Mercosul é parte legítima para acionar judicialmente o Estado da Translândia, pelo dano que sofreu seu representante oficial nesse país, podendo optar por um tribunal de Translândia – praticando limitação voluntária de soberania – ou por jurisdição internacional (Tribunal internacional ou juízo arbitral).

5. Imagine que um partido político, com diminuta representação na Câmara dos Deputados, argua, perante o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, a invalidez de um tratado celebrado pelo Brasil, já ratificado e em vigor. À vista das características básicas da ação direta de inconstitucionalidade e da natureza normativa do tratado internacional, responda, justificando, se o Supremo Tribunal Federal tem competência para conhecer da ação.

Nilo Dytz Filho (20/20)

Tratado internacional, celebrado pelo Brasil, aprovado por seu Congresso Nacional, promulgado mediante decreto presidencial, publicado no Diário Oficial da União e ratificado pelo chefe de Estado, passa a integrar o ordenamento jurídico interno brasileiro, na condição de lei ordinária federal.

Surge daí o primeiro elemento para solução da questão: o tratado, nas condições acima expostas, habilita-se, como ato normativo de direito interno, a ser alvo de controle de constitucionalidade.

Tal controle, no direito brasileiro, pode realizar-se pela via direta (concentrada, com efeitos “erga omnes”) ou pela via indireta (difusa, com eficácia “inter partes”). A primeira modalidade fica a cargo do Supremo Tribunal Federal, que, com a criação do Superior Tribunal de Justiça pela Constituinte de 1988, teve realçada sua face de Corte Constitucional, mediante as ações diretas de inconstitucionalidade e (a algo controversa) de constitucionalidade.

Assentes esses dois aspectos – a possibilidade do controle de (in)constitucionalidade dos tratados e a competência do STF para o exercício de tal controle (CF, Art.102) –, resta questionar o aspecto da legitimidade para propositura da ação direta de inconstitucionalidade. A Constituição de 1988 (Art.103) restringiu a algumas pessoas, digamos, políticas e jurídicas a legitimidade para a propositura, enquanto ao controle difuso da constitucionalidade pode recorrer qualquer pessoa em demanda judicial. Nesse rol restrito, encontra-se o partido político com representação no Congresso Nacional, independentemente da dimensão de sua bancada.

Em suma, o partido político é autor legítimo, escolheu o meio jurídico adequado e endereçou-o ao órgão competente.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.

3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*, Saraiva, São Paulo, 1992.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, (publicado inicialmente em 1945).
- SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12.^a ed. norte-americana por M. M. Godinho, McGraw-Hill, Lisboa, São Paulo, 1991.
- TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" In: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia*, FUNAG, Brasília, 1996.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*, 2.^a ed., trad. da 4.^a ed. norte-americana por C. S. Gondo *et alii*. Makron, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova (Concurso de 1998):

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 linhas. Cada questão vale 20 pontos.

1. No Brasil, um aspecto importante do debate macroeconômico atual diz respeito ao custo, em termos de emprego, da política antiinflacionária do Real. Examine os fundamentos analíticos desse debate, explicando as relações existentes entre a inflação e o desemprego e relacionando-as com a eficácia das políticas monetárias para conter a inflação.

Claudio Garon (20/20)

Um dos principais itens do debate macroeconômico brasileiro atual é a relação entre o combate à inflação e às taxas de desemprego. Com efeito, críticos do Plano Real costumam afirmar que uma taxa de inflação pequena seria aceitável caso promovesse o desenvolvimento econômico e possibilitasse a geração de emprego. Do ponto de vista da macroeconomia, a troca no curto prazo entre inflação e desemprego foi cristalizada na Curva de Philips, hoje aceita por grande parte dos economistas.

Segundo a Curva de Philips, o combate à inflação causa um aumento do desemprego no curto prazo. De acordo com a teoria, a redução da quantidade de moeda em circulação, por meio de uma política monetária contracionista, levaria a uma redução da taxa de inflação. A resistência dos preços a essa nova realidade econômica, no entanto, levaria a uma contração da demanda. A redução da procura, por sua vez, produziria um excesso de oferta e, conseqüentemente, uma baixa na produção e um aumento do desemprego no curto prazo. Ainda segundo a teoria, no longo prazo a economia encontraria um novo ponto de equilíbrio e voltaria a contratar.

A aplicação dessa teoria ao caso brasileiro, no entanto, segue um processo um pouco mais tortuoso, graças às características de nossa inflação. De fato, no lugar de provocar uma retração econômica logo de sua entrada em vigor, o Plano Real causou um aumento da atividade econômica. O fim do imposto inflacionário lançou no mercado milhares de novos consumidores, que expandiram a demanda e levaram ao crescimento da atividade econômica. Num segundo momento, contudo, as políticas monetárias que permitiram a contenção da inflação, notadamente os juros altos, provocaram uma retração da demanda e um desestímulo à atividade econômica. A redução relativa da atividade econômica e o desemprego mostram os limites da política monetária no combate à inflação. Apenas outras medidas macroeconômicas, principalmente a redução do déficit público, poderão permitir a redução da taxa de juros sem provocar uma volta da inflação.

Em suma, há uma relação de curto prazo entre combate à inflação e ao desemprego. No longo prazo, no entanto, a economia tende a encontrar um novo ponto de equilíbrio, e o desemprego, a cair.

2. “O déficit comercial brasileiro precisa ser reduzido; porém, impor restrições ao comércio, tais como quotas e tarifas, é uma forma ineficaz de tratar o problema. Melhor seria subsidiar as exportações brasileiras porque isso aumentaria a competitividade de nossos produtos e, portanto, atenuaria o desequilíbrio comercial.” Discuta essa assertiva à luz dos elementos da teoria econômica.

João Marcos Senise Paes Leme (20/20)

É, de fato, fundamental que se estimulem as exportações brasileiras (que hoje respondem por apenas 7% do PIB), não só em função do impacto negativo que o atual déficit comercial tem sobre as transações correntes e o balanço de pagamentos, mas também em função do potencial multiplicador de empregos que têm as vendas ao exterior. As importações, por sua vez, também não devem ser obstadas, pois viabilizam a modernização do setor produtivo (tanto com insumos modernos e bens de capital, como pela concorrência), além de ajudarem a reduzir as pressões inflacionárias.

Assim, para reverter o atual déficit comercial, cumpre alavancar as

exportações. Faz-se hoje, contudo, uma distinção – ainda que imprecisa – entre “subsídios” e “incentivos”. Os subsídios são, freqüentemente, objeto de questionamento junto à OMC, por serem vistos como uma forma de *dumping* que prejudica a liberalização do comércio mundial. O próprio Brasil tem questionado os subsídios oferecidos pelos países europeus ao seu setor agrícola, por exemplo.

Com o objetivo de *incentivar* as exportações, o governo brasileiro (que estabeleceu como meta elevar as exportações a US\$ 100 bilhões até 2002) tem tomado inúmeras iniciativas, a saber: investimentos em infra-estrutura, pelo programa “Brasil em Ação”, visando à redução do “Custo Brasil”; negociações, bilaterais ou multilaterais (OMC), visando à eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, visando à abertura de novos mercados; criação de órgãos ou programas (Camex, Apex, Proex, etc.) de incentivo e informação para o setor exportador; desvalorização paulatina do câmbio acima da inflação (cerca de 0,6% reais ao mês); e desoneração tributária (Lei Kandir, por exemplo).

3. Recentemente, a indústria têxtil brasileira tem pressionado o governo para restringir a importação de artigos de vestuário. Descreva alguns argumentos que o setor poderia utilizar para justificar essas demandas protecionistas e explique de que forma o governo justificaria uma eventual recusa em ceder a essas pressões.

Pedro Augusto Guedes Amaral (20/20)

Com a liberalização da economia brasileira a partir do Governo Collor, muitos setores da indústria nacional vêm mostrando dificuldades para competir com os bens importados, dentre eles, o setor têxtil. A liberalização corrente propiciou o aumento da concorrência interna, desencadeou o processo de modernização da economia nacional, contribuiu para a redução do nível de preços e para um maior volume do fluxo de capitais para o País. Ainda que feita de forma abrupta no Governo Collor, às vezes prejudicando setores ainda nascentes, ela tem-se mostrado benéfica como um todo, ampliando o poder aquisitivo da população, estimulando o consumo.

Ao pressionar pela restrição à importação de artigos de vestuário, o setor têxtil poderia argüir que o País saiu recentemente de uma economia “fechada” e que,

portanto, leva algum tempo até alguns setores se adaptarem à nova situação; que os custos relativamente elevados da produção têxtil nacional, que teriam acarretado a perda de competitividade, não são fruto da ineficiência do setor, mas derivariam de problemas estruturais que afetariam mais à indústria têxtil; e, por fim, entre outros argumentos, que haveria concorrência desleal no mercado internacional, como subsídios à exportação em certos países ou a utilização de trabalho forçado (como seria o caso da China).

O Governo poderia contra-argumentar afirmando que – se for o caso – já houve período suficiente de tempo para a modernização do setor; que os problemas estruturais afetam a todos indistintamente, logo, não se justificaria o pedido; que a imposição de restrições acarretaria elevação nos preços dos produtos, levando, talvez, à volta da inflação; que a concorrência é benéfica pois estimularia a modernização, tornando o País mais competitivo; e, por fim, que tal medida acarretaria retaliações por parte de nações prejudicadas, que entrariam na OMC contra o Brasil.

Daí, conclui-se que para o Governo negar o pedido há dois tipos de fator: aqueles que refutariam a “inocência” do setor quanto à ineficiência e aqueles que derivam dos benefícios mesmos da liberalização.

4. O crescimento econômico pode ser descrito como um deslocamento, para a direita, da curva de possibilidades de produção. Suponha que a decisão sobre o que produzir – a escolha de um ponto sobre essa curva – seja realizada por uma agência central do governo. Argumente-se que, nesse caso, um dos fatores que obstrui o crescimento econômico se relaciona com a difusão das inovações tecnológicas. Explique por que, nesse tipo de sistema, essa difusão é dificultada e de que forma, nas economias de mercado, as inovações tecnológicas são mais facilmente disseminadas.

Rodrigo de Oliveira Godinho (20/20)

A questão proposta pode ser analisada a partir de elementos da Teoria do Crescimento Endógeno, em especial os contidos nas contribuições seminais de Romer (1986), Romer (1990) e Barro e Sala-I-Martin (1995).

Supõe-se, para efeitos de simplificação, a existência de um setor dinâmico, que

gera ou adapta inovações tecnológicas, e de um setor que absorve parte do conhecimento gerado no setor dinâmico da economia.

Em uma economia de mercado, o ponto sobre a curva de possibilidades de produção, em que a economia opera é determinado pelo vetor de preços relativos. A estrutura de mercado presente no setor dinâmico é usualmente imperfeita, uma vez que, devido aos baixos custos de replicação da tecnologia, a igualação do preço ao custo marginal não remunera os investimentos efetuados em pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, em uma economia de mercado tende a ser estabelecido um alto preço do bem do setor dinâmico, o que leva a uma alocação de recursos favorável a esse setor, a uma grande geração e difusão de tecnologia pelo restante da economia.

Quando, por sua vez, as decisões de produção são efetuadas pelo Governo, a alocação dos fatores de produção não é guiada pelo vetor de preços relativos. O setor dinâmico pode apresentar, então, uma produção mais baixa, menores escalas de produção e, conseqüentemente, uma menor geração e difusão de tecnologia pelo restante da economia.

Por outro lado, na economia de mercado tende a ocorrer uma expansão enviesada das possibilidades de produção, na medida em que o setor dinâmico tende a aumentar sua participação no conjunto da produção. Nesse contexto, o setor atrasado tem um forte estímulo a absorver tecnologias diante do risco de perda de importância relativa. Quando o governo determina a produção, esse estímulo se torna menor.

5. De acordo com alguns economistas, tanto a expansão econômica dos anos 50 como a desaceleração dos anos 60 podem ser entendidas pela natureza endógena da determinação do ciclo econômico. Descreva os setores que determinaram essa natureza endógena e a forma como eles interagiram na determinação da dinâmica desses períodos.

Lincoln Bernardes Júnior (20/20)

Segundo alguns economistas que sustentam a tese dos ciclos econômicos, a economia seguiria um processo em que sucessivos ciclos (fases) de expansão ou contração do produto se sucederiam uns aos outros ao longo do tempo, formando um processo cíclico de expansão—crescimento—contração—recessão. A natureza endógena da determinação desses ciclos deveria levar os analistas econômicos, portanto, a buscar as

suas causas no âmbito interno das economias.

Na América Latina, por exemplo, e mais especificamente no Brasil, observou-se ao longo dos anos 50 vertiginosa expansão do produto, decorrente em grande medida de investimentos no setor industrial, voltado para a produção de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos), e de maciços dispêndios públicos para a formação de capital fixo (indústria petroquímica, construção de estradas, construção de Brasília, etc.).

A vertiginosa expansão do produto agregado e o acelerado crescimento econômico observado nos anos 50 produziram, igualmente, os elementos que iriam perturbar o sistema econômico na década seguinte. Nos anos 60, sobretudo na primeira metade da década, as altas taxas inflacionárias, associadas ao crescente endividamento público, decorrentes do pagamento de juros, foram os grandes responsáveis pela desaceleração econômica constatada.

Assim, a expansão dos setores produtivos, capitaneados pela implantação da indústria automobilística e do parque industrial acessório/complementar (autopeças, petroquímica, siderurgia, etc.), verificada nos anos 50, trouxe em seu bojo os elementos que iriam, na década seguinte, interagir no ambiente econômico, diminuindo a dinâmica da expansão do produto nos anos 60 (altas taxas de inflação e grande dívida pública).

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à Carreira de Diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.